



DOM ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS
BISPO DO PORTO

FAZEMOS SABER que, atendendo ao requerimento do Ex.mo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da “**Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso**”, concelho de Santo Tirso, Diocese do Porto, pedindo a aprovação do novo Compromisso, aprovado em Assembleia Geral de 8 de setembro de 2015, constando de quarenta e dois artigos, redigidos em trinta e três páginas,

HAVEMOS POR BEM:

- Aprovar o novo Compromisso.
- Dispor que desta aprovação, oportunamente, seja dado conhecimento à competente Autoridade Civil, para os efeitos legais, de harmonia com a Concordata vigente entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

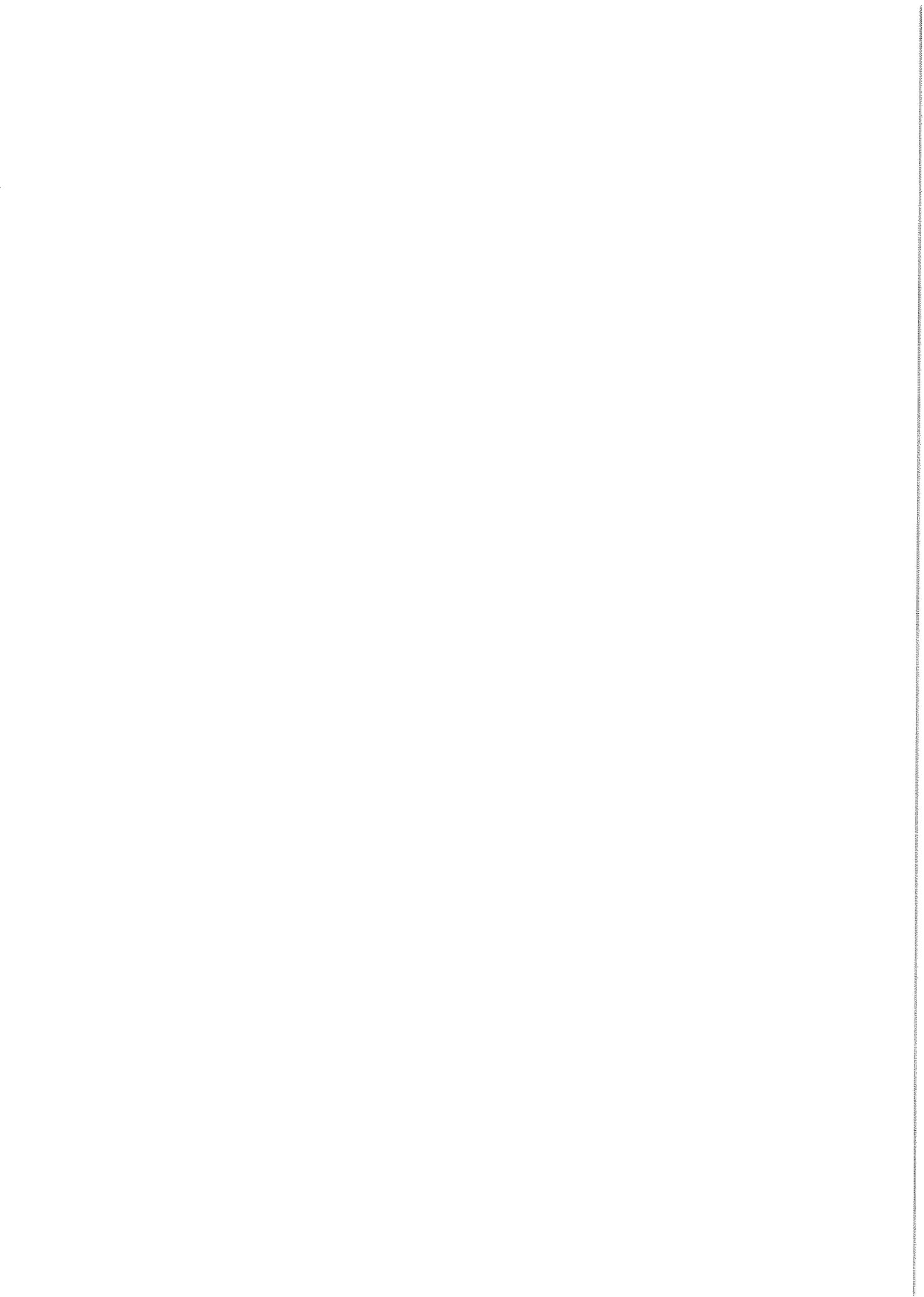
Dada no Porto e Paço Episcopal, sob a assinatura do Vigário Geral, aos 9 de outubro de 2015.

E eu, *Pe. António Paulo Monteiro Pais*

Secretário das Associações Religiosas, a subscrevi.

Pe. António Gilho de Oliveira
.....
(Vigário Geral)





Aprovamos as alterações ao Compromisso da
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de
Santo Tirso.

Porto, 9 Outubro 2015

P. António Coelho

Vrg. Geral

de Ant. Aires

COMPROMISSO

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE

Santo Tirso

Artigo 1.º

(Denominação, fim e natureza jurídica)

1 – A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia de Santo Tirso, instituída em três de Julho de mil oitocentos e oitenta e cinco, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

2 – Em conformidade com a sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2011 (de ora em diante designado abreviadamente por Compromisso CEP/UMP) ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.

3 – A Santa Casa da Misericórdia tem, também, reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, através do registo nº 55/83, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública com o nº 500 852 502.

Artigo 2.º
(Âmbito, duração e princípios)

- 1** – A Santa Casa da Misericórdia, constituída por tempo indeterminado, tem a sua sede na Rua da Misericórdia, em Santo Tirso, e exerce a sua ação neste município, aí podendo estabelecer delegações.
- 2** – A Santa Casa da Misericórdia pode igualmente estender a sua ação aos municípios limítrofes ao da sua sede, desde que aí não exista outra Santa Casa da Misericórdia ou que, existindo, esta expressamente não se oponha.
- 3** – Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e orientam, a Santa Casa da Misericórdia poderá, com vista à melhor realização dos seus fins:
 - a)** Negociar e celebrar acordos e parcerias com o Estado Português, com as Autarquias Locais, com outras Irmandades da Misericórdia, com instituições particulares de solidariedade social e com outras entidades nacionais ou estrangeiras empenhadas na prática da solidariedade social e da caridade cristã;
 - b)** Aceitar a cooperação de outras entidades públicas ou particulares;
 - c)** Empenhar-se em promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e a população locais em tudo o que respeitar à manutenção e desenvolvimento das obras sociais, existentes ou a criar, designadamente através de atuações de carácter dinamizador e educativo.
- 4** – A Santa Casa da Misericórdia poderá constituir associações, uniões, federações e confederações com outras Santas Casas da Misericórdia, instituições do sector da economia social, entidades do sector público e organizações do sector privado, para criar ou manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum e desenvolver ações sociais de responsabilidade partilhada.
- 5** – A Santa Casa da Misericórdia é membro da União das Misericórdias Portuguesas, com todos os deveres e direitos inerentes a tal condição.

Artigo 3.º (Objetivos)

1 – Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

- a)** Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- b)** Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- c)** Apoio à família e comunidade em geral;
- d)** Apoio à integração social e comunitária;
- e)** Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- f)** Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- g)** Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- h)** Habitação e turismo social;
- i)** Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- j)** Atividade agrícola.

2 – Sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, sua Padroeira, a Irmandade da Misericórdia manterá o culto divino na sua Capela e exercerá as atividades que constarem deste Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.

3 – A Misericórdia pode, ainda, prosseguir, de modo secundário ou instrumental, outras atividades, a título gratuito ou geradoras de fundos, para garantir a sua sustentabilidade económico-financeira, por si ou em parceria, desde que permitidas por lei e deliberadas pela Assembleia Geral. A Misericórdia pode também criar fundações pias autónomas canonicamente eretas.

4 – Quando cumpra os critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril, e pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, sobre atividades secundárias e instrumentais, a Misericórdia assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social, para os efeitos aí definidos.

5 – Para a promoção dos seus fins compromissórios, a Misericórdia apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.

Artigo 4.º
(Bandeira, Brasão e selo)

1 – A Bandeira é o símbolo representativo da Santa Casa da Misericórdia. Com fundo de branco e bordadura de ouro, leva ao centro o Brasão na sua forma e cores.

2 – O Brasão, conforme desenho de pormenor em anexo, é composto por dois escudos ovados com bordadura de ouro avivada de negro, dispostos em V, ornados exteriormente de dois ramos de louro e carvalho, cujas hastes se cruzam na parte inferior, e encimados por coroa mariana de ouro. No escudo da direita, em campo branco, a figura de Nossa Senhora da Misericórdia, com resplandecente de ouro. Vestido de safira e manto rubi, e no escudo da esquerda, abarcando todo o campo, o símbolo das armas nacionais, em suas cores. Por baixo do conjunto, em listel branco, avivado de negro, com letras maiúsculas igualmente de negro, a inscrição: MISERICÓRDIA DE STº THYRSO.

3 - O Selo é de forma circular, com Brasão circundado pela inscrição IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO, em letras maiúsculas.

4 – Além da sua Bandeira, denominada da Misericórdia, a Santa Casa da Misericórdia usa os trajes habituais, designados por *Opas*.

5 – A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais.

Artigo 5.º
(Dos Irmãos da Misericórdia)

1 – Constituem a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia todos os seus atuais Irmãos e os que, de futuro, nela venham a ser admitidos.

2 – O número de Irmãos é ilimitado e deve representar a comunidade em que se insere.

3 - Haverá três categorias de Irmãos:

a) - EFETIVOS - Os que, admitidos por proposta e inscritos no respetivo livro, ficam obrigados ao pagamento da quota estabelecida pela Assembleia Geral;

b) - BENEMÉRITOS - Aqueles que, pela sua ação excecional a favor da Instituição ou por lhe haverem efetuado donativos ou doações relevantes, se hajam tornado credores da gratidão da Irmandade, sendo merecedores da atribuição de tal distinção em deliberação secreta da Assembleia geral, mediante proposta escrita e devidamente fundamentada da Mesa Administrativa;

c) - HONORÁRIOS - Aqueles que, por cooperação relevante e meritória para a realização dos superiores fins da Instituição, ou em recompensa de relevantes e meritórios serviços prestados à Instituição, tenham contribuído para o prestígio desta e sejam merecedores da atribuição de tal distinção em deliberação secreta da Assembleia Geral e, mediante proposta escrita e devidamente fundamentada da Mesa Administrativa.

4 - Será colocada na Galeria própria, ou, na falta desta, em lugar de destaque na sede da Misericórdia o retrato de todos os irmãos Beneméritos.

5 – Após a atribuição da qualidade de irmão Benemérito ou Honorário procede-se à sua inscrição no respetivo Livro especial próprio, passando-se-lhe o correspondente diploma.

6 – Os irmãos Beneméritos, Honorários existentes à data de aprovação deste Compromisso manterão essa qualidade, com os inerentes direitos e deveres gerais de irmão, sem prejuízo de outros direitos especiais que lhes tenham sido concedidos. Os irmãos beneméritos e os honorários estão dispensados do pagamento da quota anual. O mesmo regime é aplicável aos irmãos de Mérito, como tal proclamados pela Assembleia Geral antes da aprovação deste Compromisso.

Artigo 6.º
(Admissão e readmissão)

1 – Podem ser admitidos como Irmãos os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:

- a)** Sejam maiores de idade ou emancipados;
- b)** Sejam naturais ou residentes no município da sede da Irmandade da Misericórdia ou a ela ligados por laços de afetividade;
- c)** Gozem de boa reputação moral e social;
- d)** Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs e revelem, pela sua conduta social ou pela sua atividade pública, respeito pela fé católica e seus fundamentos;
- e)** Se comprometam ao pagamento de uma quota mínima, de valor e periodicidade aprovados em Assembleia Geral.

2 – A admissão dos Irmãos é feita mediante proposta assinada por dois Irmãos e pelo próprio candidato, em que este se identifique, se comprometa a cumprir as obrigações de Irmão e indique, entregando para esse ano, o montante da quota que subscreve. No caso de rejeição definitiva da proposta, esse montante pode ser levantado pelo interessado, assinando declaração de que a Misericórdia procedeu à sua devolução.

3 – A proposta será submetida à apreciação e deliberação da Mesa Administrativa numa das suas reuniões ordinárias posteriores à apresentação nos Serviços Administrativos da Irmandade da Misericórdia, no prazo máximo de três meses.

4 – Serão admitidos os candidatos que reúnam as condições legais e compromissórias.

5 – Decorrido o prazo estabelecido no nº3 sem que haja decisão da Mesa Administrativa, bem com no caso de rejeição da proposta de admissão, cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor conjuntamente pelos proponentes no prazo de trinta dias, iniciado no dia imediato ao termo do prazo acima fixado no número 3 e com contagem do último até ao encerramento dos serviços da Secretaria da Misericórdia, ou, no caso de rejeição, a contar da última notificação dos proponentes.

6 - A Assembleia a Geral, se a omissão for o fundamento do recurso, pode praticar o ato omitido, e, nos demais casos, pode confirmar, revogar, modificar, substituir e anular o ato impugnado e anular, no todo ou em parte, o procedimento realizado, e ainda, se for caso

disso, determinar a realização de diligências complementares necessárias para uma deliberação mais esclarecida.

7 - As propostas que forem rejeitadas só poderão repetir-se perante nova Mesa eleita.

8 - A admissão de novos Irmãos terá efeito compromissório e legal depois de estes assinarem, perante o Provedor, no prazo de trinta dias a contar da notificação da admissão, documento pelo qual se comprometam a desempenhar com fidelidade os seus deveres de Irmãos, após o qual serão inscritos no respetivo Livro.

9 - A readmissão de Irmão obedece aos mesmos termos da admissão.

10 - A qualidade de irmão prova-se pela inclusão no Livro de Registo, cumpridas que sejam as formalidades acima estabelecidas.

Artigo 7.º (Deveres)

Todos os Irmãos são obrigados:

- a) A honrar, defender e proteger a Santa Casa da Misericórdia em todas as circunstâncias, em especial quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de instituição particular e eclesial, procedendo com reta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas, antes e sempre, com o pensamento em Deus, nos Irmãos e nos Beneficiários;
- b) A observar, cumprir e fazer cumprir as disposições compromissórias e regulamentares da Misericórdia;
- c) A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos Órgãos Sociais para os quais tiverem sido eleitos;
- d) A não cessar a atividade nos cargos sociais para que foram eleitos sem prévia participação escrita e fundamentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Sendo deste a participação escrita e fundamentada deve ser apresentada aos demais membros da Mesa da Assembleia Geral, ao Provedor e ao Presidente do Conselho Fiscal;

- e) A colaborar no progresso e desenvolvimento da Misericórdia, de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil;
- f) A divulgar os fins e atividade prosseguidos pela Santa Casa da Misericórdia, com vista a promover o incremento da atividade voluntária e do número de Irmãos, bem como a angariação de donativos e patrocínio de causas promovidos pela Mesa Administrativa ou por ela aprovados;
- g) A comparecer, sempre que possível, nos atos oficiais e nas solenidades e cerimónias religiosas ou públicas que a Misericórdia promova ou para as quais haja sido convidada;
- h) Sem prejuízo do disposto na primeira parte do nº2 do artigo 6º, a pagar pontualmente a quota social, nos dois primeiros meses de cada ano.

Artigo 8.º
(Direitos)

1 – Todos os Irmãos , têm direito:

- a) A participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) A eleger e ser eleitos para os Órgãos Sociais, contanto que, no mínimo, façam parte da Misericórdia há mais de um ano, e tenham cumprido todos os deveres previstos no Compromisso;
- c) A recorrer, em requerimento devidamente fundamentado, para a Assembleia Geral das irregularidades ou infrações graves ao presente Compromisso, sem prejuízo do recurso para o Bispo Diocesano;
- d) A requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos do artigo 22.º, n.º 4, alínea b), deste Compromisso;
- e) A requerer, por escrito e com fundado interesse atendível, informação sobre a atividade e gestão da Misericórdia, mediante pagamento dos respetivos custos;
- f) A visitar, gratuitamente e com acordo prévio, as obras e serviços sociais da Misericórdia e a utilizá-los, com observância dos respetivos regulamentos;
- g) Ver sufragada a sua alma com duas missas rezadas dentro do prazo de quinze dias posteriores ao seu falecimento;
- h) A receber um exemplar deste Compromisso e o cartão de identificação, bem como a manter, devidamente atualizado, o seu número de Irmão;
- i) A solicitar a exoneração da qualidade de Irmão.

2 – Salvo nas reuniões eleitorais, os Irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem direta ou pessoalmente interessados.

3 – A inobservância dos requisitos de capacidade eleitoral passiva previstos na alínea b), do nº 1, determina a nulidade da eleição do candidato em causa.

4 – Sem prejuízo do disposto nos nºs 5 e 6 do artigo 15º, os direitos dos Irmãos não podem ser reduzidos pelo facto de estes serem também trabalhadores ou beneficiários dos serviços prestados pela Irmandade da Misericórdia, salvo no que se refere ao voto nas deliberações respeitantes a condições e retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer direitos ou interesses que lhes digam respeito.

Artigo 9.º
(Infração, sanção e processo disciplinar)

1 – Constitui infração disciplinar, punível com as sanções previstas no número seguinte, a violação grave e culposa pelo Irmão dos deveres consignados nas leis, neste Compromisso e nas disposições regulamentares aprovadas em Assembleia Geral.

2 – Os Irmãos que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza, a gravidade e o carácter danoso da infração, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão até doze meses;
- c) Exclusão.

3 – Sempre com a ressalva de recurso canónico e sem prejuízo do disposto nos nºs 2 e 3 do artigo 11º, a Mesa Administrativa é a autoridade disciplinar, salvo quanto à aplicação de sanção a qualquer irmão benemérito, honorário ou de mérito, o que é da competência da Assembleia Geral, mediante proposta da Mesa Administrativa, devidamente fundamentada.

4 – A deliberação de aplicação de sanção disciplinar será sempre precedida da instauração de processo disciplinar pela Mesa Administrativa, individualizando-se por forma escrita as infrações imputadas, com audiência prévia e garantias de defesa por parte do Irmão em causa.

5 - O processo disciplinar segue os termos previstos em regulamento próprio.

Artigo 10.º
(Perda da qualidade de Irmão)

Perdem a qualidade de Irmão:

- a) Os que falecerem;
- b) Os que tiverem sido punidos com a pena de exclusão;
- c) Os que pedirem a respetiva exoneração;
- d) Os que, estando sujeitos ao seu pagamento, deixarem de satisfazer as suas quotas por tempo superior a um ano, e que, depois de notificados por carta registada, não cumpram com esta obrigação ou não justifiquem a sua atitude no prazo de trinta dias, segundo deliberação fundamentada da Mesa Administrativa.

Artigo 11.º
(Exclusão)

1 – Poderão ser excluídos *da Misericórdia* os Irmãos que:

- a) Não prestarem contas de valores que lhes tenham sido confiados;
- b) Sem motivo justificado e atendível, se recusarem a servir os lugares dos Órgãos Sociais para que tiverem sido eleitos;
- c) Perderem a reputação moral ou social com notoriedade pública que afete o bom nome e missão da Misericórdia;
- d) Os que, voluntariamente, causarem danos à Misericórdia ou concorram, direta e culposamente, para o seu desprestígio;
- e) Tomarem publicamente atitudes hostis à fé católica.

2 – Sem prejuízo do recurso canónico, da deliberação que aplique sanção de exclusão a irmão efetivo cabe recurso, com efeito suspensivo, para a Assembleia Geral, a interpor pelo Irmão interessado no prazo de trinta dias a contar da competente notificação, devendo o mesmo ser votado em reunião extraordinária até noventa dias após a sua interposição. Neste caso, à Assembleia Geral cabem os poderes enunciados na parte final do nº 6 do artigo 6º deste Compromisso.

3 – O Irmão que por qualquer forma deixar de pertencer à Irmandade da Misericórdia não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao período em que foi Irmão.

Artigo 12.º
(Atividade espiritual e religiosa)

1 – Nas diversas obras sociais e serviços da Misericórdia poderá haver assistência espiritual e religiosa e, para tal, sendo possível, um Capelão privativo provido pelo Bispo diocesano, sob apresentação da Mesa Administrativa.

2 - A Capela da Santa Casa da Misericórdia é destinada ao exercício do culto divino e nela se realizarão, sempre que possível, os seguintes atos:

- a) Missa semanal da Santa Casa da Misericórdia;
- b) *Dois* missas de sufrágio por alma de cada Irmão falecido;
- c) A festa anual da Visitação em honra da Padroeira das Santas Casas da Misericórdia;
- d) As cerimónias litúrgicas da Semana Santa;
- e) Missa no mês de novembro de cada ano por alma de todos os Irmãos e Benfeitores falecidos;
- f) A celebração de outros atos de culto que constituam encargos aceites.

Artigo 13.º
(Corpos sociais)

São Corpos Gerentes da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, também chamado Definitório.

Artigo 14.º
(Mandato social)

1 – O mandato social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.

2 – Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.

3 – O exercício do mandato dos titulares dos órgãos só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual é dada pelo presidente cessante da Mesa Assembleia Geral, ou pelo seu substituto, depois da devida homologação pelo Bispo diocesano no prazo de oito dias, sendo recomendável que a respetiva sessão da posse tenha lugar em data que não ultrapasse a primeira quinzena do ano civil imediato ao da eleição, devendo ocorrer até ao 30.º dia posterior à eleição, reportando-se o início do mandato ao dia 1 de Janeiro, e ficando

a eficácia canónica da posse dependente da emissão do competente decreto de homologação, sem prejuízo dos recursos eclesíásticos eventualmente apresentados.

4 – O Provedor só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

5 – Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivo da Misericórdia aos Órgãos eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los com rigor de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato social.

Artigo 15.º
(Exclusividade, não elegibilidade e impedimentos)

1 – Aos titulares dos Órgãos Sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia, assim como não é permitido o desempenho em simultâneo de cargos nos órgãos sociais de entidades da mesma ou idêntica natureza jurídica cujos fins e atividades sejam conflituantes com os da Misericórdia, bem como em uniões, federações e confederações de tais entidades.

2 – Entre os membros da Mesa Administrativa e/ou os membros do Conselho Fiscal não pode haver laços de parentesco ou afinidade no 1º grau da linha reta ou no 2º grau da linha colateral, bem como matrimoniais ou com pessoas com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges.

3 – Os titulares dos Órgãos Sociais estão impedidos de, nestes, votar em assuntos que digam diretamente respeito à sua pessoa ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges, pessoas com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges ou qualquer familiar em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral.

4 – Os titulares da Mesa Administrativa não podem contratar direta ou indiretamente com a Santa Casa da Misericórdia, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma.

5 – A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia.

6 – O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia.

7 – Para além doutras incapacidades previstas na lei, não podem exercer funções nos órgãos Sociais os Irmãos que mantenham com a Santa Casa da Misericórdia litígio judicial.

Artigo 16.º
(Condição do exercício do cargo)

O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 17.º
(Forma de obrigar)

1 – A Santa Casa da Misericórdia fica obrigada com as assinaturas conjuntas do Provedor e do Tesoureiro ou, na respetiva falta ou impedimento, do Vice Provedor e do Secretário.

2 – Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas de quem a Mesa Administrativa deliberar.

3 – Nos atos de mero expediente bastará a assinatura do Provedor ou de outra pessoa nomeada para o efeito.

Artigo 18.º
(Responsabilidade dos titulares)

1 – Os titulares da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal não podem abster-se de votar nas reuniões dos respetivos Órgãos a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2 – Além de outros motivos legalmente previstos, os membros dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidades se:

- a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação ou resolução e a reprovarem em declaração exarada na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes depois de dela terem conhecimento;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na respetiva ata.

3 – Sem prejuízo do disposto no Código Civil, os Mesários são solidariamente responsáveis pela administração e gestão da Irmandade e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos e omissões de gestão praticados pela Mesa Administrativa ou por algum dos seus membros quando, tendo conhecimento de tais atos ou omissões, bem como do propósito de os praticar, não suscitarem a intervenção da Mesa e/ou do Conselho Fiscal no sentido de tomar as medidas adequadas.

Artigo 19.º
(Deliberações e atas)

1 – A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2 – Quando este Compromisso ou a lei não exijam maioria qualificada, as deliberações dos Órgãos Sociais são tomadas por maioria dos votos dos presentes e nas assembleias gerais eleitorais pela maioria simples da lista vencedora, com votos válidos dos presentes ou devidamente representados, não se contando para a obtenção dessa maioria as abstenções e os votos em branco ou nulos.

3 – As votações respeitantes às eleições dos Órgãos Sociais, no todo ou em parte, ou à apreciação do mérito, demérito, características específicas de pessoas (v.g. qualidades e virtudes), são feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

4 – De cada reunião dos Órgãos Sociais lavrar-se-á ata, descrevendo sumária e fielmente o que se passou e deliberou, assinada por todos os membros presentes ou, quando respeite à Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.

5 – Salvo nas reuniões eleitorais em que para a eficácia da ata basta que a mesma seja assinada pelos membros da respetiva Mesa, a ata será aprovada no início da reunião seguinte ou em minuta na própria reunião, podendo, no caso de sessão da Assembleia Geral, ser outorgada à respetiva Mesa um voto de confiança para a sua aprovação.

Artigo 20.º
(Estatuto e composição da Mesa da Assembleia Geral)

1 – A Assembleia Geral é constituída por todos os Irmãos inscritos nos respetivos livros e que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, nela residindo o poder soberano deliberativo da Santa Casa da Misericórdia.

2 – A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, à qual compete representar a Assembleia, bem como garantir o funcionamento democrático da Misericórdia.

3 - Nas faltas, ausências e impedimentos o Presidente da Mesa é seu substituto imediato e primário o Vice-Presidente e, se necessário, intervém ainda nessa substituição o Secretário, embora este seja, em princípio, o substituto imediato e primário do Vice-Presidente, nas faltas, ausências e impedimentos deste.

4 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa, competirá à Assembleia Geral designar os respetivos substitutos de entre os Irmãos presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

5 – No caso de vacatura ou impedimento permanente do Presidente, ou cumulativamente dos dois outros membros da Mesa da Assembleia Geral, esta procede à sua recomposição por voto secreto para completar o mandato social, no prazo máximo de um mês a contar da respetiva e última ocorrência.

Artigo 21.º
(Competências da Assembleia Geral)

1 – Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos outros Órgãos e, necessariamente:

- a)** Definir as linhas fundamentais de atuação da Santa Casa da Misericórdia;
- b)** Acompanhar a atuação dos demais Órgãos Sociais, zelando pelo cumprimento das disposições e princípios compromissórios e legais;
- c)** Apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e

- Investimentos, propostos pela Mesa Administrativa para o exercício seguinte, além de revisões orçamentais, sempre sob parecer do Conselho Fiscal;
- d)** Apreciar e deliberar sobre a alteração deste Compromisso e sobre a extinção, cisão ou fusão da Santa Casa da Misericórdia, sem prejuízo das formalidades canónicas;
 - e)** Eleger os Órgãos Sociais ou alguns dos seus membros;
 - f)** Destituir a totalidade ou parte dos membros da respetiva Mesa e os membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal;
 - g)** Apreciar e deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
 - h)** Autorizar, sob proposta da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal, a realização de financiamentos e mútuos onerosos;
 - i)** Autorizar o Provedor, ou quem o substitua, a demandar os membros dos Órgãos Sociais por atos ilícitos praticados no exercício das suas funções;
 - j)** Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
 - k)** Deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins sociais, bem como a alteração ou atualização dos atuais símbolos e brasão;
 - l)** Aprovar os regulamentos previstos neste Compromisso, sob proposta da Mesa Administrativa;
 - m)** Apreciar e deliberar sobre os recursos interpostos das deliberações ou resoluções da Mesa Administrativa que lesem direta e gravemente os direitos de Irmãos, nos termos e condições previstas na alínea c) do nº 1 do artigo 8º deste Compromisso;
 - n)** Apreciar e deliberar sobre os recursos previstos nos nºs 5 e 6 do art.6º e nº2 do artigo 11º, ambos deste Compromisso;
 - o)** Fixar, sob proposta da Mesa Administrativa, os valores mínimos da quota a pagar pelos Irmãos, bem como a periodicidade e forma de pagamento;
 - p)** Aplicar, na sequência de processo disciplinar e nos termos do nº3 do artigo 9º deste Compromisso, alguma sanção disciplinar a irmão benemérito, honorário e/ou de mérito;
 - q)** Deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa, a atribuição da qualidade de Irmão Honorário ou Benemérito.

2 – A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos Órgãos Sociais e mandatários, incluindo quem representa a Misericórdia nessa mesma ação, pode ser tomada na Assembleia Geral convocada para

apreciação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Artigo 22.º
(Reuniões da Assembleia Geral)

1 – As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.

2 – A Assembleia Geral reúne ordinariamente:

- a)** No mês de dezembro do final de cada mandato, para a eleição dos Órgãos Sociais;
- b)** Até 31 de março de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior e do parecer do órgão de fiscalização, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos Irmãos, na sede e, caso exista, no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal;
- c)** Até 30 de novembro de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano seguinte, e o parecer do órgão de fiscalização, documentos estes igualmente devem estar acessíveis para consulta dos Irmãos, nas mesmas condições de modo, tempo e lugar previstas na alínea anterior.

3 – Contrariamente ao que sucede nas reuniões extraordinárias, em que apenas podem ser tratados os assuntos expressamente referidos nas convocatórias, nas reuniões ordinárias não eleitorais podem ser tratados assuntos não previstos na respetiva ordem de trabalhos, mas sem poder deliberativo, salvo se estiverem presentes na reunião todos os Irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

4 – A Assembleia Geral reúne extraordinariamente:

- a)** Quando regularmente convocada por iniciativa do respetivo Presidente ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal;
- b)** A requerimento de Irmãos, nos casos e condições estabelecidas na alínea c) do nº 1 do artigo 8º deste Compromisso;
- c)** A requerimento subscrito por um mínimo de 10% dos Irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos e compromissórios, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem de trabalhos.

5 – As deliberações a que se refere a alínea g), do n.º 1, do artigo 21.º obedecem às seguintes regras:

- a) A alienação ou oneração dos bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico será feita nos termos do Compromisso e da lei, por valor que, em princípio, não poderá ser inferior ao da avaliação por perito oficial, efetuada para o efeito, informando-se o Bispo diocesano sobre os elementos essenciais do negócio;
- b) A alienação de ex-votos que tenham sido oferecidos à Irmandade da Misericórdia ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesiástica;
- c) A oneração ou alienação de bens afetos a atividades culturais ou religiosas depende de autorização prévia do Bispo diocesano.

6 – As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias constantes das alíneas d), i) e j), do n.º 1, do artigo 21.º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos.

7 – No caso da alínea d), do n.º 1, do artigo 21.º, a extinção da Santa Casa da Misericórdia não terá lugar se, pelo menos, um número de Irmãos igual ao dobro dos membros dos Órgãos Sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da Instituição, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 23.º **(Forma de convocação)**

1 – A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou pelo seu substituto.

2 – A convocatória é afixada na sede da Misericórdia e remetida, pessoalmente, a cada associado através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal e ainda publicitada por anúncio publicado num dos jornais de maior circulação da área onde situa a sua sede.

3 – Independentemente da convocatória nos termos do número anterior, é ainda dada publicidade à realização das assembleias gerais nas edições da Misericórdia, no seu sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso ao público nas suas instalações e estabelecimentos.

4 – Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.

5 - Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis para consulta, na sede da Santa Casa da Misericórdia, pelos irmãos que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos associativos.

6 – Não tendo sido interposto o recurso canónico previsto na alínea c) do nº1 do artigo 8º, a decisão de convocação da Assembleia Geral extraordinária deve ocorrer no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento e a reunião deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.

7 – A comparência de todos os Irmãos na sessão sanciona quaisquer irregularidades na convocatória da Assembleia Geral, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.

Artigo 24.º
(Quórum e funcionamento)

1 – A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças, desde que tal cominação seja determinada na convocatória.

2 – A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada, a requerimento dos irmãos e nos termos previstos na alínea b) do nº4 do artigo 22º deste Compromisso, só poderá reunir com a presença mínima de três quartos dos requerentes, a cuja chamada se deve proceder, logo que for aberta a sessão.

3 – As deliberações da Assembleia Geral são tomadas com observância do disposto nos artigos 19º e 22.º deste Compromisso.

Artigo 25.º
(Voto e representação dos Irmãos)

1 – Na Assembleia Geral cada Irmão dispõe de um voto.

- 2** – O voto em representação apenas é admitido nos atos eleitorais, nos seguintes termos:
- a)** Tanto o representante como o representado têm de ser Irmãos no pleno uso dos seus direitos;
 - b)** Cada Irmão só pode assumir uma representação;
 - c)** Sem prejuízo da identificação e verificação da capacidade individual do representante, este deve ainda demonstrar perante a Mesa da Assembleia Geral que tem os poderes necessários para a representação e votação, exibindo e entregando procuração, ou carta procuração, assinada pelo representado, autenticada ou que tenha apenas fotocópia do respetivo cartão de identificação.
- 3** - Não é admitida a votação por correspondência.
- 4** - Para além das que constam deste Compromisso, as demais normas de funcionamento das assembleias gerais não eleitorais constarão de Regulamento aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 26.º
(Mesa Administrativa)

- 1** – A Mesa Administrativa é o órgão de administração da Santa Casa da Misericórdia, sendo composta, no mínimo, por sete membros efetivos, dos quais um será o Provedor, e bem assim três suplentes.
- 2** – Logo que investidos no exercício das suas funções, os membros efetivos escolherão entre si o Vice Provedor, o Secretário, o Tesoureiro e os três Vogais, sob proposta do Provedor e tendo este voto de qualidade nas deliberações.
- 3** – Os Irmãos suplentes podem ser chamados à colaboração da Mesa Administrativa quando for julgada conveniente a sua coadjuvação, caso em que têm direito a participar, mas sem direito a voto, ou quando se verifique impedimento dos efetivos, caso em que exercem plenamente as respetivas funções.
- 4** – Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Mesa Administrativa, depois de esgotados os respetivos suplentes, chamados à efetividade pela ordem em que tiverem sido eleitos, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

5 – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

6 – A Mesa Administrativa pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da Misericórdia ou em mandatários.

Artigo 27.º
(Competências da Mesa Administrativa)

1– Compete à Mesa Administrativa representar a Misericórdia, incumbindo-lhe designadamente:

- a)** Praticar e promover as ações conducentes aos fins da Santa Casa da Misericórdia, às suas obras e ao seu desenvolvimento;
- b)** Velar pela efetivação dos direitos dos beneficiários, bem como pelos privilégios, tradições e direitos da Misericórdia e, sobretudo, pela sua autonomia;
- c)** Executar e fazer executar as deliberações dos Órgãos Sociais da Misericórdia, assim como zelar pelo cumprimento deste Compromisso e dos regulamentos que o completam;
- d)** Sem prejuízo de recurso canónico para o Bispo diocesano e de recurso para a Assembleia Geral nos casos e termos estabelecidos nos nºs 5 e 6 do artigo 6º e nº 2 do artigo 11º, deliberar, respetivamente, sobre a admissão de Irmãos efetivos e aplicar-lhes as penas disciplinares de advertência, suspensão ou exclusão;
- e)** Elaborar anualmente os documentos previstos no artigo 22.º, n.º 2, alíneas b) e c), deste Compromisso, a fim de serem submetidos a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral;
- f)** Administrar os bens, obras e serviços da Misericórdia, zelando pelo bom funcionamento e organização dos seus vários setores;
- g)** Contratar e gerir os recursos humanos da Misericórdia;
- h)** Cobrar receitas, saldar despesas e deliberar sobre as dívidas incobráveis;
- i)** Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e donativos, assim como sobre a angariação de fundos, mediante donativos ou subscrições, por intermédio de Irmãos, individual ou coletivamente;
- j)** Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão para a coadjuvar no desempenho da sua missão, e bem assim com o objetivo de melhorar e desenvolver as atividades sociais da Misericórdia, designadamente através da divulgação do seu espírito, da

sua obra, dos seus propósitos, das suas iniciativas e das suas realizações e necessidades, perante as populações locais, mediante encontros, reuniões e festividades de carácter local e cultural;

- k)** Deliberar, nos termos da lei, sobre o arrendamento, comodato ou cessão de exploração de bens imóveis da Misericórdia, em razão de procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em ata, sendo que os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado, de harmonia com os valores estabelecidos em peritagem oficial, exceto se se tratar de arrendamentos para habitação, que seguem o regime geral sobre arrendamentos, salvo ponderações de ordem social;
- l)** Anualmente e após a sua aprovação pela Assembleia Geral, enviar ao Bispo Diocesano o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte, nos mesmos termos em que o faz perante a Segurança Social, para conhecimento e para “visto” no que respeita às atividades culturais e religiosas;
- m)** Elaborar o cadastro inventário do património, móvel e imóvel, e dos valores da Santa Casa da Misericórdia, mantendo-o permanentemente atualizado;
- n)** Deliberar sobre pleitos a intentar ou a contestar, assim como sobre transações, confissões ou desistências.

2 – A Mesa Administrativa pode ainda:

- a)** Delegar a coordenação dos diversos serviços e respostas sociais, bem como as competências que entender, em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao seu serviço ou em mandatários;
- b)** Delegar poderes de gestão numa Comissão Executiva, constituída pelo Provedor, que preside, por um Mesário e um terceiro elemento colaborador *da* Misericórdia.

3 - A eficácia de deliberações sobre a administração e a aplicação dos bens que tenham sido doados ou deixados à Misericórdia para causas pias, dependem de prévia autorização do Ordinário Diocesano.

Artigo 28.º
(Competências dos membros da Mesa Administrativa)

1 – Compete ao Provedor, entre outras atribuições:

- a)** Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas, na administração da Misericórdia, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais;
- b)** Convocar e presidir às reuniões da Mesa Administrativa, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c)** Exercer a representação da Misericórdia, em juízo e fora dele;
- d)** Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Mesa Administrativa;
- e)** Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Mesa Administrativa conjuntamente com o Secretário;
- f)** Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos, caso excedam a sua competência normal, à confirmação da Mesa Administrativa na primeira reunião seguinte;
- g)** Assinar a correspondência, ordens de pagamento e os recibos comprovativos de arrecadação de receitas;
- h)** Delegar quaisquer dos seus poderes em outros membros da Mesa Administrativa;
- i)** Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo, ou que as leis vigentes ou o costume antigo lhe imponham.

2 – Compete ao Vice Provedor coadjuvar o Provedor no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

3 – Compete ao Secretário, entre outras atribuições:

- a)** Superintender nos Serviços Administrativos e de Secretaria, bem como na organização dos arquivos da Santa Casa da Misericórdia;
- b)** Lavrar as atas das reuniões da Mesa Administrativa e efetuar a inscrição dos Irmãos admitidos no respetivo Livro;
- c)** Prover e atualizar o expediente da Misericórdia.

4 – Compete ao Tesoureiro, entre outras atribuições:

- a) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria da Santa Casa da Misericórdia;
- b) Diligenciar pela prestação de informação mensal à Mesa Administrativa, através da apresentação de balancetes contabilísticos e de tesouraria;
- c) Providenciar, regularmente, pelo fornecimento à Mesa Administrativa duma lista atualizada dos devedores;
- d) Acompanhar a elaboração do inventário do património da Misericórdia, diligenciando pela sua permanente atualização.

5 – Compete aos Vogais coadjuvar os restantes elementos da Mesa Administrativa e desempenhar as tarefas que lhes forem atribuídas.

Artigo 29.º **(Funcionamento)**

1 – A Mesa Administrativa reúne sempre que o julgar conveniente, sob convocação do Provedor, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.

2 – As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º do Compromisso, tendo o Provedor direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

Artigo 30.º **(Conselho Fiscal)**

1 – O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Santa Casa da Misericórdia.

2 – O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

3 – Haverá, simultaneamente, três suplentes, que se tornarão efetivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistir às reuniões e tomar parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

4 – Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos, preferencialmente, os Irmãos que possuam conhecimentos indispensáveis ao exercício dos seus poderes de fiscalização.

5 – Na hipótese de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e este pelo Secretário.

6 – Em caso de vacatura da maioria dos lugares do Conselho Fiscal, depois de esgotados os respetivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.

7 – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

Artigo 31.º
(Competências do Conselho Fiscal)

1 – Compete ao Conselho Fiscal, entre outras, vigiar pelo cumprimento da lei e deste Compromisso e, designadamente:

- a)** Exercer a fiscalização sobre a ação da Mesa Administrativa, velando, designadamente, sobre o cumprimento do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, bem como o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício seguinte;
- b)** Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Santa Casa da Misericórdia, bem como sobre os atos dos Órgãos Sociais, em especial nos domínios financeiro, económico e patrimonial, sempre que o julgue conveniente;
- c)** Dar parecer sobre os documentos previstos no artigo 21.º, n.º 1, alínea c), bem como sobre qualquer outro assunto que os Órgãos Sociais submetam à sua apreciação, designadamente sobre a aquisição e alienação de imóveis, reforma ou alteração deste Compromisso;
- d)** Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões da Mesa Administrativa, quando para tal for convocado pelo Provedor;
- e)** Examinar e conferir os valores existentes nos cofres e depósitos bancários ou similares, sempre que o considere oportuno e justificado;
- f)** Verificar os balancetes da tesouraria, quando o entender;
- g)** Solicitar à Mesa Administrativa os elementos que considerar necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique;

- h) Apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil para os melhores procedimentos de administração da Santa Casa ou qualquer proposta que vise a melhoria do regime de contabilidade usado.

2 – O órgão de fiscalização pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da instituição o justifique.

Artigo 32.º
(Funcionamento)

1 – O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também, extraordinariamente, para apreciação de assuntos de carácter urgente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros.

2 – As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 19.º deste Compromisso, tendo o Presidente direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

Artigo 33.º
(Conselho Consultivo)

1 – A Mesa Administrativa poderá propor à Assembleia Geral a criação de um órgão de consulta da Misericórdia, com o objetivo de emitir parecer nas matérias de relevância institucional colocadas à sua apreciação.

2 – A composição, competência, organização e funcionamento do Conselho Consultivo reger-se-ão por regulamento aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 34.º
(Procedimentos e matérias de natureza eleitoral)

1 – As eleições regem-se por este Compromisso, pelo Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral, pelo Direito Canónico e pela lei civil.



2 – A abertura do procedimento eleitoral para os Corpos Gerentes, total ou parcialmente, compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, fixando e mandando publicitar, nos termos legais e regulamentares, o local, data, hora da reunião eleitoral, a convocatória, termos, modo, local e data limite para a apresentação de listas de candidatura, do que dará conhecimento imediato aos demais membros da Mesa da Assembleia Geral, à Mesa Administrativa por intermédio do Provedor e ao Conselho Fiscal, por intermédio do respetivo Presidente.

3 - Compete à Mesa Administrativa aprovar o Caderno Eleitoral (incluindo, separadamente e com referência à data fixada para a reunião eleitoral, os Irmãos com capacidade eleitoral ativa e passiva), devendo a mesma, no prazo de cinco dias após a notificação do Provedor, quanto à abertura do procedimento eleitoral, proceder à sua afixação por edital, publicitando-o de imediato e de forma eficaz para consulta, que será facultada aos Irmãos na Secretaria da sede da Misericórdia.

4 - Compete ainda à Mesa Administrativa decidir as reclamações do caderno eleitoral em tempo útil, sempre tendo em conta que o Presidente da Mesa da Assembleia, ou seu substituto, terá de decidir sobre a admissão, eventual reclamação e correção ou rejeição das listas de candidatura e que a apresentação das listas de candidatura só pode ocorrer até 10 dias antes da data fixada para a reunião eleitoral. Da decisão do Presidente da Mesa da Assembleia cabe recurso eclesialístico para o Bispo diocesano.

5 - Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete ainda decidir os incidentes, estranhos ao caderno eleitoral, mas respeitantes ao procedimento eleitoral.

6 - Nas eleições em reunião ordinária eleitoral, cada lista de candidatura deve conter a identificação completa dos membros, efetivos e suplentes, necessários ao preenchimento dos cargos previstos neste compromisso para a Mesa da Assembleia Geral (com três candidatos a efetivos e para os respetivos cargos nos termos do nº2 do artigo 20º), para a Mesa Administrativa (com sete candidatos efetivos, mas com individualização do candidato a Provedor e três suplentes com posição ordenada na suplência, nos termos nºs 1 a 5 do artigo 26º) e para o Conselho Fiscal (com três candidatos a efetivos e respetivos cargos e três suplentes com posição ordenada na suplência, nos termos dos nº2 e 3 do artigo 30º).

Deve ainda ser subscrita pelos próprios candidatos, em lista completa e conjunta e com identificação completa e assinatura de um irmão, não candidato, que funciona como mandatário da lista e seu representante para as devidas notificações e todos os efeitos do procedimento e reunião eleitorais. Deve também ser indicada a residência e contato telefónico mais rápido do mandatário, mas se este não constar da lista de candidatura, ou não a assinar, será como tal considerado o primeiro subscritor da lista.

7 - Nas listas apresentadas a eleições extraordinárias parciais, será observado o disposto no número anterior, com referência às listas de candidatura para as vagas a preencher e bem assim o disposto nos artigos 23º, 24º e 25º e todas as demais disposições respeitantes às eleições previstas neste Compromisso, com as necessárias adaptações, se for necessário.

8 - As listas apresentadas e aceites são designadas por letras, a começar pelo A e letras seguintes do alfabeto, consoante a ordem de registo de entrada na Secretaria da sede da Misericórdia, e com essa designação constarão nos boletins de voto, à frente da qual será impresso um quadrado em branco e a preencher pelo votante com uma cruz, cuja interceção se deve situar dentro do quadrado.

9 – As listas de candidatura deverão ser apresentadas até 10 dias antes da data fixada para reunião eleitoral, a sua admissão, reclamação, correção e rejeição são decididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, de cujas decisões cabe recurso canónico para o Bispo diocesano, sem efeito suspensivo.

10 - Sem prejuízo do disposto no nº1 do artigo 24º, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou o seu substituto, pode, na convocatória das eleições gerais ou parciais para os órgãos sociais e abertura do procedimento eleitoral, estabelecer que a votação será feita segundo o “sistema de urna de voto aberta”.

11 – A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos Irmãos presentes ou devidamente representados, finda a qual o Presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciará os resultados e proclamará os eleitos, integrantes da lista que tiver obtido o maior número de votos validamente expressos, não contando as abstenções, os votos nulos e votos em branco, lavrando-se e assinando-se a respetiva ata. Comunicará ao Bispo diocesano para homologação no prazo de oito dias. A posse dos eleitos ocorrerá nos termos do nº 3 do artigo 14º deste Compromisso, e enquanto se não verificar a posse dos eleitos, os membros cessantes dos órgãos sociais mantêm-se em funções, mas com poderes limitados à prática de atos conservatórios e de mera administração.

12 – Todos os demais termos, tempo e modo do procedimento eleitoral, bem como as respectivas reunião, votação, proclamação dos resultados e posse serão disciplinados em regulamento próprio, aprovado expressamente pela Assembleia Geral.

13 – O contencioso eleitoral é da competência do Bispo diocesano, nos termos do Direito Canónico.

14 – Em ponderadas circunstâncias extraordinárias e excepcionais, e após audiência prévia escrita do Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia no prazo perentório de 10 dias, o Bispo Diocesano poderá designar uma comissão administrativa por um período de tempo limitado, mas nunca superior a seis meses, para organizar e concluir o processo eleitoral e pôr em funcionamento regular os Órgãos Sociais da Misericórdia.

Artigo 35.º (Património)

1 – O património da Santa Casa da Misericórdia é constituído por todos os bens e direitos que integram o seu ativo, bem como pelos que venha a adquirir ou a receber por título legítimo.

2 – As benemerências aos Órgãos Sociais ou a algum dos seus membros, na qualidade de representante da Santa Casa da Misericórdia, são pertença desta.

3 – A alienação ou oneração do património da Misericórdia obedece ao previsto nos artigos 21.º e 22.º deste Compromisso.

4 – A Santa Casa da Misericórdia deve aceitar heranças, legados ou doações, nos termos da lei, contanto que não fique a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do legado ou o ónus da doação e que não sejam contrários à lei.

Artigo 36.º (Rendimentos)

Constituem, nomeadamente, receitas da Santa Casa da Misericórdia:

- a) As quotas dos respetivos Irmãos;
- b) As heranças, legados, doações e respetivos rendimentos;

- c) Os subsídios, participações e compensações de entidades públicas, privadas e religiosas;
- d) O produto da alienação de bens;
- e) Os espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes, no prazo de um ano a contar do dia do falecimento;
- f) Os rendimentos de prestação de serviços desenvolvidas no âmbito dos fins compromissórios, bem como de outras atividades acessórias;
- g) Os rendimentos de bens próprios;
- h) O produto de campanhas de angariação de fundos e dos donativos particulares;
- i) O produto de empréstimos;
- j) Os rendimentos obtidos de investimentos financeiros;
- k) O produto da venda de publicações sobre a história e atividades da Misericórdia;
- l) Quaisquer outros rendimentos conformes com a lei, este Compromisso ou os Regulamentos.

Artigo 37.º (Gastos)

1 – As despesas da Santa Casa da Misericórdia são de funcionamento e de investimento.

2 – Constituem, nomeadamente, despesas de funcionamento:

- a) As que resultam da execução do presente Compromisso;
- b) As do exercício do culto e as que resultam do cumprimento de encargos da responsabilidade da Misericórdia;
- c) As que assegurem a conservação e a reparação dos bens e a manutenção dos serviços, incluindo a retribuição de colaboradores e os encargos patronais;
- d) As dos impostos, contribuições e taxas que oneram bens e serviços;
- e) As quotizações devidas a entidades de que a Misericórdia seja associada;
- f) As que resultam de despesas de representação e da deslocação de beneficiários, membros dos Órgãos Sociais e trabalhadores, quer em serviço da Misericórdia, quer para benefício dos próprios assistidos.

3 – Constituem, nomeadamente, despesas de investimento:

- a) As despesas de construção e equipamento de novos edifícios, serviços e obras ou de ampliação dos já existentes;

b) As despesas de aquisição de prédios rústicos e urbanos, veículos e outros equipamentos.

Artigo 38.º
(Beneméritos e Honorários)

- 1 – Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 5.º deste Compromisso, podem ser declarados Beneméritos da Irmandade da Misericórdia, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, por lhe haver efetuado donativos ou doações relevantes, sejam merecedoras de tal distinção.
- 2 – Podem ser declarados Honorários da Irmandade da Misericórdia, sem no entanto assumirem a qualidade efetiva de Irmãos, pessoas ou entidades que, pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados, sejam merecedoras de tal distinção.
- 3 – A declaração de Benemérito e Honorário compete à Assembleia Geral, mediante proposta da Mesa Administrativa, procedendo-se à sua inscrição em Livro especial próprio e passando-se-lhe o respetivo diploma.
- 4 – Os Beneméritos e Honorários existentes à data de aprovação deste Compromisso manterão essa qualidade e gozarão dos direitos próprios, sem prejuízo de outros especiais que, entretanto, lhes tenham sido concedidos.

Artigo 39.º
(Extinção)

- 1 – A extinção da Santa Casa da Misericórdia processa-se nos termos das leis civil e canónica.
- 2 – A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção, por maioria qualificada, na sequência de convocatória expressamente efetuada para o efeito, nos termos previstos no artigo 22.º deste Compromisso.
- 3 – A Assembleia Geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Irmãos presentes.

4 – Em caso de extinção da Misericórdia, o remanescente dos respetivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou compromissória específica, será, por deliberação da Assembleia Geral e após ouvido o Bispo diocesano territorialmente competente, atribuído a outra Instituição de Misericórdia ou Instituição de expressão católica com finalidade idêntica, em estrita observância do Compromisso CEP/UMP.

5 – Em caso de extinção da Misericórdia, competirá igualmente à Assembleia Geral eleger uma comissão liquidatária, com poderes limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

6 – A extinção da Misericórdia, como Instituição Particular de Solidariedade Social, implica a sua subsistência como pessoa jurídica canónica, mantendo a propriedade dos bens afetos a fins de carácter religioso ou a outras atividades a que se dedique.

Artigo 40.º
(Dos prazos e sua contagem)

Com ressalva do que se consigna no nº 5 do artigo 6º, e parte final do nº2 do artigo 11º, por remissão para aquele, ambos deste Compromisso, será aplicado o regime previsto na lei civil aos prazos e seu modo de contagem previstos neste Compromisso e nos regulamentos complementares que expressamente refere, bem como nos demais regulamentos internos que venham a ser aprovados.

Artigo 41º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste Compromisso serão resolvidas ou integradas conformemente à lei, ao Compromisso CEP/UMP e aos princípios gerais de direito canónico ou civil.

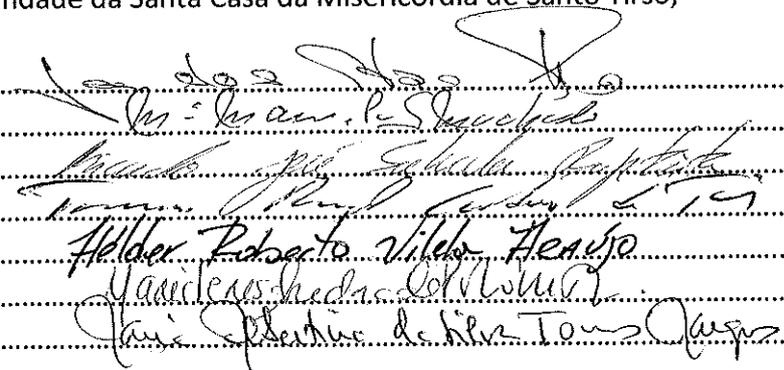
Artigo 42.º
(Normas transitórias)

1-Constituído por quarenta e dois artigos, este Compromisso revoga integralmente o anterior Compromisso da Santa Casa da Misericórdia, entrando em vigor imediatamente

após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das demais formalidades exigidas por lei.

2-O disposto no número anterior não prejudica os mandatos em curso dos membros de todos os Órgãos Sociais, incluindo os do Conselho Geral, órgão que subsiste até à data da convocação da próxima assembleia geral ordinária eleitoral.

A Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso,


.....
.....
.....
.....
.....
.....

Aprovado em Assembleia Geral de8... deSETEMBRO.....de 2015


MANUEL LUCIANO COSTA GOMES, ENG.º
PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Handwritten marks and symbols in the top right corner, including a small 'x' and some illegible characters.

A vertical line of extremely small, illegible text or a barcode-like pattern running along the right edge of the page.